



Interpelação Parlamentar

(Interpelação ao Governo Regional sobre “implicações da situação política nacional na Região Autónoma dos Açores”, apresentada pela Representação Parlamentar do PPM)

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

Os açorianos, tal como o resto dos portugueses, estão apreensivos com a situação política do país. Querem respostas dos seus agentes políticos. Querem respostas por parte dos seus órgãos de governo próprio. Querem saber de que forma a atual situação política e a sua evolução poderá afetar a vida coletiva da nossa Região. Nenhum açoriano está disponível para observar, de longe e sem capacidade de análise própria, o que se passa em Lisboa. Não foi assim em 1975 - em pleno PREC - e não será assim em 2015, o ano em que alguns ensaiam em Portugal a emergência de uma Frente Popular.

Por isso, meus senhores, o PPM não se deixará intimidar e fará aqui o debate que se impõe. Em liberdade! Perguntando a quem preferia não responder. Perguntando aos que exercendo o poder há quase vinte anos se arrogam o privilégio de esconder o jogo e de praticar a política do facto consumado.

Não, meus senhores! A Representação Parlamentar do PPM não se deixa condicionar e exercerá, em qualquer circunstância, o livre-arbítrio supremo de dar a sua opinião livre e de fazer, em nome do Povo dos Açores, as observações e as perguntas que a atual situação política impõe.

Nesta primeira intervenção, o PPM caracterizará, num primeiro momento, a situação política nacional. A seguir, o PPM questionará o



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Governo Regional sobre as questões políticas e económicas relevantes que resultam da evolução política nacional. Por exemplo, que evolução perspectiva o Governo Regional na questão da Base das Lajes, tendo em conta a previsível formação de um governo nacional sustentado pela extrema-esquerda. Uma extrema-esquerda que contempla no seu programa eleitoral - e cito o programa eleitoral do BE - "a denúncia do Acordo de Cooperação e Defesa entre os EUA e Portugal e a consequente imposição de uma moratória aos EUA para que abandonem a Base das Lajes".

A próxima vez que for aos Estados Unidos alguém lhe perguntará, Sr. Presidente do Governo Regional, como se comportará a extrema-esquerda em relação à Base das Lajes, nomeadamente em relação à possibilidade de criação de novas valências. Que impacto perspectiva o Governo Regional nesta matéria? São questões deste tipo que quero colocar ao Governo Regional nesta interpelação. Mas vamos ao contexto e aos factos.

- 1 - A coligação Portugal à Frente (PàF) ganhou as eleições legislativas nacionais do dia 4 de outubro;
- 2 - O Partido Socialista, liderado por António Costa e por Carlos César, perdeu as eleições. Perdeu com o dobro da distância percentual com que ganhou António Seguro, na tal vitória que António Costa considerou insuficiente. Pelos vistos ao António Costa só interessam dois tipos de resultados: ganhar por muitos ou perder por muitos, sendo que se considera vencedor em qualquer dos casos;
- 3 - Na sequência da situação política criada, o Dr. Vasco Cordeiro defendeu publicamente que quem deve governar Portugal é quem ganhou as eleições, ou seja a coligação Portugal à Frente (PàF). Enquanto o Dr. Vasco Cordeiro proferia esta opinião, o Presidente Honorário do PS/Açores e também cabeça de lista do PS/Açores pelo círculo eleitoral dos Açores, Carlos César, defendeu justamente o contrário: a tomada do poder pelo PS, com o apoio da extrema-esquerda.

A posição assumida por Carlos César coloca quatro graves problemas à liderança açoriana de Vasco Cordeiro:



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

- a) O PS da terceira via (um caminho alternativo ao liberalismo económico e o comunismo), que chegou ao poder em Portugal, em 1995, pela mão de Guterres e aos Açores, em 1996, através de Carlos César, perde o centro político e encosta-se à extrema-esquerda trotskista e marxista;
- b) Rompe com a posição histórica do PS/Açores, segundo a qual deve governar o partido mais votado (como aconteceu em 1996). A partir de agora, o PS/Açores não poderá continuar a sustentar esta posição. Isto significa que o PS poderá ser apeado do poder se a soma dos mandatos parlamentares do centro-direita o superar. Por outro lado, o BE e o próprio PCP passarão a ser menos vulneráveis ao fenómeno do voto útil, uma vez que a soma aritmética dos mandatos do PS e da extrema-esquerda passa a ser politicamente viável;
- c) A posição de princípio de Vasco Cordeiro só se sustenta se os três deputados eleitos pelo PS/Açores votarem contra a moção de rejeição ao Governo de Passos Coelho, que o PS, o BE e o PCP já anunciaram. De outra forma, o Presidente do Governo Regional e líder do PS/Açores sairá fortemente desautorizado da atual crise política;
- d) A Frente Popular nacional tenderá a ser política, económica e socialmente muito instável. É provável que em outubro de 2016 o seu insucesso – absoluta e inquestionavelmente predeterminado, tal como o demonstram os exemplos espanhol e francês da década de trinta do século XX – já seja absolutamente evidente. Nessas circunstâncias, as eleições regionais de outubro de 2016 representarão a primeira oportunidade de derrotar o frentismo ideológico.

Senhora Presidente

Srs. Deputados



Srs. Presidente e Membros do Governo

A nomeação de Passos Coelho por parte do Presidente da República circunscreveu a evolução do cenário político apenas a quatro possibilidades: não aprovação das moções de rejeição anunciadas pela oposição de esquerda e extrema-esquerda e consequente viabilização do Governo da coligação PSD-CDS-PP; aprovação de uma moção de rejeição e a consequente tentativa de formar um Governo de iniciativa presidencial; aprovação de uma moção de rejeição do Programa do Governo e viabilização de um Governo sustentado pela maioria parlamentar de esquerda e de extrema-esquerda e manutenção de um Governo de gestão de Passos Coelho após a aprovação de uma moção de rejeição ao Programa de Governo do mesmo.

As duas primeiras possibilidades estão desde logo afastadas por razões evidentes e que me escuso de comentar nesta fase. Assim, restam as duas últimas possibilidades: um Governo de Frente Popular, que agrupa socialistas, trotskistas e marxistas e um Governo de gestão de centro-direita que se poderá manter em funções após a aprovação de uma Moção de Rejeição do Programa do Governo. Da nossa parte a opção é viabilizar um Governo com apoio parlamentar maioritário, em qualquer circunstância. Pode não ser – e não é a melhor opção de governo para os portugueses -, mas é a única possível se essa for a vontade soberana do Parlamento.

Colocada a questão nestes termos, importa, desde logo, perguntar ao Governo Regional o seguinte:

- 1- Quais as consequências para a Região Autónoma dos Açores, do ponto de vista orçamental e macroeconómico, da manutenção de um Governo de gestão e da consequente imposição de um regime de duodécimos orçamentais ao longo de muitos meses?
- 2- Qual o impacto que resultará, para a questão da Base das Lajes, da emergência de um Governo sustentado pela extrema-esquerda parlamentar?
- 3- Foi o Governo Regional consultado pelo Partido Socialista no sentido de acautelar e prever o impacto que terá, no Orçamento



Regional, a implementação das medidas que o PCP e o BE pretendem introduzir num hipotético Programa de Governo da Frente Popular nacional?

- 4- O Governo Regional adotará na Região as medidas já anunciadas e admitidas pela hipotética coligação de esquerda e extrema-esquerda, nomeadamente a abolição das taxas moderadoras, só para dar um exemplo?

Uma questão importante no âmbito do debate político nos Açores é saber se o Dr. Vasco Cordeiro dará alguma indicação de voto aos deputados do PS/Açores na Assembleia da República. Sentido de voto, argumentos e coerência é o que uma grande parte dos açorianos lhe exigem. Eu não lhe faço a pergunta. Sei, no entanto, que o Dr. Vasco Cordeiro alguma vez terá de dar a resposta.

Disse!

O Deputado do PPM,

Paulo Estêvão